

# Covas faz projeto de Constituição

## O modelo de um aspirante ao Planalto

**B**RASÍLIA — Candidato ostensivo mas não declarado à Presidência da República, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, acaba de expor em 251 artigos o que imagina ser a melhor estrutura institucional para o país. O projeto de Constituição tem 245 artigos a menos que o anteprojeto do relator Bernardo Cabral e se parece, de fato, com Covas: é avançado nos capítulos de direitos individuais e coletivos e cauteloso na reforma das instituições.

O artigo 114, por exemplo, prevê a instituição do que Covas tem chamado de "presidencialismo parlamentarizado", e atribui ao presidente da República o poder de "nomear e exonerar livremente o primeiro-ministro e, de acordo com este, os ministros de Estado".

No artigo 116, ao tratar do "Conselho de Ministros", o senador propõe que o presidente da República exerça a direção e a gestão da administração através do Conselho de Ministros. As reuniões do Conselho para estabelecer a política de governo, aprovar a proposta de orçamento da União e os planos de desenvolvimento serão sempre presididas "pelo presidente da República".

O Projeto de Constituição de Covas, elaborado pelo jurista José Afonso, que foi seu secretário de Justiça na Prefeitura de São Paulo, é o instrumento do líder nas negociações que a "Grande Comissão" vem desenvolvendo no 24º andar do Banco do Brasil. O projeto indica também quais serão as posições dos aliados de Covas durante as votações em plenário.

Nos direitos coletivos, Covas pretende ver instituído o "defensor do povo", cidadão que será eleito pela maioria dos integrantes da Câmara dos Deputados, "entre candidatos indicados pela sociedade de civil", e quer também um "conselho de ouvidores" em cada município.

## Seguridade poderá ter verba própria

**B**RASÍLIA — A criação de um orçamento social — além dos orçamentos fiscal e monetário — era a proposta que prevalecia ontem entre os relatores da Comissão de Sistematização para resolver um dos temas mais difíceis dos últimos debates: o capítulo sobre seguridade social. Esta capítulo é o que tratará da destinação de recursos para saúde, educação, previdência e assistência social.

Não ficou pronto o esboço de Constituição que o relator da comissão, Bernardo Cabral (PMDB-AM), deveria apresentar hoje às lideranças partidárias, o que levou ao da reunião. Os líderes de todos os partidos reúnem-se amanhã à tarde para um primeiro contato com o trabalho que Cabral e seus relatores-adjuntos tem desenvolvido nos últimos dias no Banco do Brasil. O substitutivo a ser apresentado à comissão deverá ficar pronto dia sete próximo.

## Moderados do PMDB criam bloco à parte

**B**RASÍLIA — O Centro Democrático, o bloco parlamentar criado ontem sob as asas do PMDB, trabalhará nos próximos meses com pelo menos duas metas prioritárias: fazer valer as teses moderadas na Constituinte e tentar obter o controle dos diretórios municipais e estaduais do PMDB a serem eleitos no início do próximo ano, segundo anunciou o deputado Expedito Machado, um dos articuladores do grupo, após encontro com o presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães.

Expedito Machado foi ao Palácio do Planalto comunicar ao presidente pemedebista a criação do bloco, sem conseguir arrancar qualquer manifestação de apoio, embora se empenhasse em negar que a atitude do grupo vise à reforma partidária e ao enfraquecimento do PMDB. Ao sair da audiência, contudo, Machado acabou cometendo um desliz e admitindo que os centristas sonham em ter a dimensão de um partido, mesmo que abrigados no PMDB. "O partido que não consegue maioria, não é partido", disse ele, ao comentar sobre a intenção do Centro Democrático de ter maioria nos diretórios pemedebistas. Expedito Machado disse que a intenção do Centro Democrático é ter um presidente próprio, um conselho consultivo com pelo menos 24 membros e um líder, sem negar as estruturas hierárquicas do PMDB.

## Saturnino garante PSB mas tenta novo partido

Quando o prefeito Saturnino Braga desembarcar hoje no aeroporto do Rio, voltando de Brasília, já terá decidido se entra no PSB ou se funda um novo partido, junto com a tendência socialista do Movimento de Unidade Progressista do PMDB. As duas possibilidades seriam examinadas numa reunião que começou às 21h, na casa do deputado federal Domingos Leonelli (PMDB-BA), com as presenças de Saturnino e cerca de 20 parlamentares do PMDB e dois (Moema São Thiago e Noel de Carvalho) do PDT.

O prefeito pretendia aguardar o final da Constituinte para se definir, pois pessoalmente prefere formar um novo partido que inclua pemedebistas como os senadores Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, Mário Covas e Affonso Camargo. Mas viu-se obrigado a cobrar uma definição dos socialistas, porque precisa urgentemente de uma sigla. Sem partido, não há como atrair os quadros do PDT e do PT que ambiciona.

Saturnino não precisa cumprir nenhum prazo legal para registro de candidatura. Só será candidato em 1990. Mas,

segundo dois assessores próximos do prefeito, muitos pedetistas e petistas que poderiam aderir só o farão com perspectivas eleitorais. O prazo para registro de candidaturas para as eleições de 1988 em partidos novos se encerra a 20 de setembro.

**Sem socialismo** — Com os chamados progressistas do MUP, Saturnino tem encontrado dois tipos de dificuldades: eles não querem formar um novo partido antes do final da Constituinte, sem que estejam definidas por exemplo questões como a data das eleições e o sistema de governo; há resistências também à inclusão da palavra *socialista* na sigla, que alguns — entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Affonso Carmargo, Pimenta da Veiga e Fernando Lyra — consideram "estreita" politicamente.

Saturnino viajou ontem para Brasília decidido a não voltar sem uma decisão. A tendência pessoal dele é pelo partido novo, mas pode aproveitar a estrutura já montada do PSB, que na sexta-feira tomou a decisão de abrir as portas ao prefeito.

## Serra diz que vincular verba destrói Orçamento

**B**RASÍLIA — É de 250 bilhões de dólares o PIB brasileiro hoje, mas mesmo que esse número dobrasse não seria suficiente para suportar a vinculação de verbas a atividades do governo exigidas por alguns constituintes no projeto de Bernardo Cabral. A denúncia é do deputado José Serra (PMDB-SP), que, nas reuniões da Comissão de Sistematização, tem se batido exaustivamente contra essas vinculações, usando dois argumentos: é uma atitude "folclórica" e vai tornar o país ingovernável.

Serra acha que vincular muitas fatias do Orçamento às ações do governo é uma saída válida em ditaduras, mas numa democracia só vai servir para tolher o poder que o Legislativo deve exercer sobre a utilização dos recursos públicos. "Essas vinculações são tecnicamente inadequadas, induzem a distorções e são impróprias a um texto constitucional que deve fixar disposições duradouras", argumenta ele, prevendo que no futuro as exigências de recursos públicos seguramente serão outras.

**Inviabilidade** — É apontando para percentuais prodigamente propostos por constituintes que José Serra denuncia a inviabilidade dessas vinculações. Como está no projeto, só do Orçamento da

União seriam bloqueados de início 53%, divididos nos seguintes percentuais: 3% para o Poder Judiciário, fora 5% das receitas dos tesouros estaduais; 2% da receita de impostos da União para a cultura, fora os 3% da receita dos estados e municípios que ela receberia; 30% da receita de um fundo nacional de seguridade social para a saúde; 18% da receita de impostos da União para educação, fora 25% que ela receberia da receita de impostos dos estados e municípios.

O que mais preocupa José Serra é o fato de que uma vinculação puxa outra, pois cada setor corporativo tende a encerrar a respectiva atividade como a mais crítica para o país. Para ele, os interessados numa proteção corporativista não sabem o que é justiça social, porque estão exatamente induzindo o país a não promovê-la. "O que me preocupa é a governabilidade do país numa situação dessas", censura ele. Mas o que realmente irrita o deputado é a resistência que os constituintes defensores de vinculações orçamentárias opõem a seus argumentos, embora sabendo que o país pode ficar imaneável. Dizem que Serra tem razões que, politicamente, são obrigadas a defender a vinculação orçamentária diante do eleitorado.